

A DÊIXIS DISCURSIVA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE NAÇÃO

Thereza Maria Zavarese Soares (UFRJ)

INTRODUÇÃO

Basta hoje abrir um atlas para se verificar que o mundo é apresentado aos seus habitantes como uma colcha de retalhos coloridos e assimétricos, onde cada retalho é identificado por um nome que designa uma nação. Logo, o mundo que se conhece é organizado em nações. No entanto, diante da sua assimetria geopolítica, faz-se necessário responder a seguinte questão: como concebemos esse tipo de organização, ou seja, o que é uma nação?

Diante de tal pergunta, o presente trabalho reflete sobre o conceito de *nação*, em diálogo com estudos de diferentes áreas da ciência. Nesse diálogo, são colocados em questão alguns conceitos como os de *memória* e *tempo* imprescindíveis para o entendimento do processo de construção de uma imagem discursiva de nação em *enunciados*, ou seja, na materialidade lingüística resultante de eventos enunciativos (Maingueneau, 1993a), que nela e por ela constroem e registram os sentidos constitutivos da história. Logo, este estudo se inscreve na linha teórica da Análise do Discurso de base enunciativa, porém, sem contrariar os princípios de tal teoria, adota uma postura epistemológica *transdisciplinar*, necessária à análise do conceito de *nação*.

A NAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

A nação é um objeto que exige, para sua compreensão, um estudo que a conceba como um construto teórico transpassado por diversas áreas do conhecimento que devem dialogar a fim de defini-lo sob uma perspectiva mais ampla, conforme requer a complexidade do próprio conceito. Por essa razão, a seguir, serão brevemente apresentadas as contribuições de alguns representantes de diferentes áreas do conhecimento para esse estudo, começando pela história, cujos trabalhos, segundo historiadores brasileiros (Del Priori & Venâncio, 2001, p. 9), são tentativas de resposta às interrogações de uma

época “frente a realidades em permanente transformação”. Logo, a história, assim como a atividade de linguagem que a constrói, traz as marcas do momento de sua produção. Por isso, compreender as transformações dos últimos trinta anos, quando se começa a ouvir e a falar em globalização, fazendo repensar o sentido de nação, uma vez que não se fala em globalização sem falar nas relações internacionais (entre nações), é uma das tarefas da história, pois, conforme Le Goff (2003, p. 138), historiador francês de orientação foucaultiana, diante desse cenário onde as fronteiras se volatilizam, mais do que nunca os povos requerem da história o inventário das suas idiossincrasias. Portanto, “haveria histórias a fazer, não *uma* história” (p. 141), não uma história universal ou global, mas múltiplos temas de investigação considerados como “objetos globalizantes” (p. 46), que são comuns às sociedades em geral, mas singularmente construídos por cada uma delas, como, por exemplo, as idéias de tempo, trabalho, morte, festa, infância, família, alimentação, sexualidade, entre outros. Assim, esse autor ratifica os historiadores brasileiros, afirmando que “toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo” (p. 51), e propõe uma “nova história”, que tem como um de seus maiores representantes e pensadores o filósofo e historiador Michel Foucault. Essa tendência renovadora da ciência histórica, que surgiu por volta dos anos de 1930, mas que veio a se consolidar nos anos de 1970, caracteriza-se pela crítica à noção de documento, pela “procura de uma colaboração com as outras ciências sociais” (p. 129) - que está intrinsecamente associada ao deslocamento de interesses para os novos “objetos globalizantes” - e pela atenção à história do presente.

Quanto ao documento, esse deve ser tratado pela história como monumento, isto é, como “um legado à memória coletiva” (p. 526). A partir daí, a “nova história” se incumbe da tarefa de fazer uma história científica que renuncia à temporalidade linear da sucessão dos acontecimentos em proveito da descontinuidade temporal da memória coletiva, constituída por eventos dispersos e por esquecimentos, os silêncios dos documentos. Logo, a memória coletiva é o reservatório documental da história, ou seja, aproximando essa tese da “nova história” aos fundamentos da Análise do Discurso, é o reservatório de enunciados produzidos e difundidos por uma comuni-

dade, que neles e por eles constrói sentidos. Destarte, a história tem uma existência material nos documentos, que, por sua constituição heterogênea, requerem a contribuição de outras disciplinas afins para dar conta da diversidade e do volume de materiais (que teve um aumento significativo com os avanços das tecnologias de comunicação e informática a partir das décadas de 1950 e 1960) e temas de investigação.

Além disso, é preciso ressaltar que a memória é um instrumento de poder que, como tal:

... faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

(...) A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje... (Le Goff, 2003, p. 469).

Enfim, a memória coletiva, assim como a história que a constitui e é constituída por ela, é uma fonte imprescindível de informações em documentos para a análise do conceito de nação, uma vez que o próprio conceito tem uma história em meio a qual é constituído, além de participar do processo de identificação individual e coletiva, constituindo a identidade nacional. Logo, é de se esperar que esse conceito seja objeto de estudo de novos historiadores interessados em compreender a sua apreensão pelas massas e as suas conseqüências na história do presente, o que ressalta a importância da concepção do tempo, tanto para a ciência histórica, quanto para o entendimento do que é nação.

No que diz respeito à concepção do tempo, Le Goff (2003) observa que a distinção entre passado e presente é “uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas” (p.207), sendo, pois, uma das preocupações da “nova história”, já que, segundo essa linha teórica, a compreensão do passado tem como ponto de partida as questões do presente, que por sua vez devem ser compreendidas na sua relação com o passado e também com o futuro.

Através do ensino e da tradição (e em ambos se encontra a literatura), ou seja, através dos enunciados que constituem e são cons-

tituídos por essas instituições, as três dimensões do tempo (passado, presente, futuro) são construídas na memória coletiva de várias maneiras: o passado pode apresentar-se como modelo do presente ou como idade mítica; o presente, em relação ao passado, como decadência ou progresso; e o futuro pode aparecer em relação ao passado ou ao presente como decadência, progresso ou retorno.

No entanto, a periodização histórica, conforme se encontra nos livros e programas escolares, ainda que seja linear e, por isso, tome como balizas os acontecimentos que representam mudanças significativas nas sociedades, como revoluções, guerras ou mudanças de regime político, não pode ser negligenciada pela “nova história”, pois sublinha a problemática da definição de história do presente, que vem recebendo a atenção dos novos historiadores, para quem a história são “releituras constantes do passado” - inclusive o mais recente - em função do presente do historiador (Le Goff, 2003, p. 227).

Então, como a história define o presente histórico ou o passado recente, pensando o passado no presente? Em outras palavras, qual é a fronteira entre passado e presente para a história? Em relação à história das nações, essa periodização é variável, pois cada nação elege os seus marcos entre os documentos-monumentos da memória coletiva.

Pensar o processo de globalização em franco desenvolvimento é uma questão do presente, o que leva a pensar como a nação é imaginada pela memória coletiva em relação às demais nações e qual posição ocupa nessa relação. No entanto, tal questão tem antecedentes que não podem ser ignorados, já que a problemática do conceito de nação remonta ao século XVIII, além de apresentar critérios muito variados e variáveis.

Na linha da “nova história”, Hobsbawm (1990), historiador contemporâneo cujas obras são referência para a compreensão desse conceito, salienta que a nação é uma “invenção” recente, que remonta à Revolução Francesa, e que, desde então, determina as ações políticas (inclusive linguísticas) nos dois últimos séculos. Entretanto, tal conceito, que transcende o significado do signo linguístico *nação*, transformou-se ao longo desse tempo, agregando sentidos que se expressam num amplo vocabulário. Segundo esse autor, à idéia de nação que chegou até a última década do século XX e que ainda hoje

vigora com ressalvas e sem rigidez, estão associados vários elementos de natureza político-cultural, apresentados a seguir, conforme a cronologia da transformação dessa idéia. Portanto, do final do século XVIII até 1880, de modo geral, a nação caracteriza-se:

➤ Por um povo e por um Estado, ou seja, pelo “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (Hobsbawm, 1990, p. 31). Logo, também se incluem, como características de uma nação, a cidadania e o governo.

➤ Por um território, uma vez que, para a definição e identificação dos Estados, eram necessárias fronteiras que poderiam conter, a princípio, etnias e línguas diversas.

Essa idéia de nação se confunde com a de pátria, conforme esse vocábulo foi empregado na época da Revolução Francesa: “... a *patrie*, onde repousava sua lealdade, era (...) uma nação criada pela escolha política de seus membros...”, “... relacionava-se com a soberania do próprio povo, isto é, do Estado exercendo o poder em seu nome” (p. 108).

Porém, sobre o que se sucede, Hobsbawm (1990) pondera que:

... de 1880 em diante o debate sobre “a questão nacional” tornou-se sério e intenso, especialmente entre os socialistas, porque o apelo político dos *slogans* nacionais para as massas de votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam movimentos políticos de massa, era agora objeto de uma preocupação prática real (p. 55).

Por isso, outros elementos constitutivos da nação, antes considerados pouco relevantes, ainda que indicassem algum vínculo coletivo, entraram para o debate a partir de 1880 e, ao se somarem aos elementos apontados anteriormente, definiram o que é a nação moderna, embora não de forma absoluta, uma vez que não se aplica uniformemente a todas as nações. Portanto, têm-se também como constituintes da nação:

➤ A língua nacional como um idioma padronizado, utilizado predominantemente nos meios literários e administrativos, freqüentados pelas elites cultas e governantes. Aqui, é possível perceber o papel importante da educação na integração nacional, pois, se a maior parte da população de um Estado terri-

torial falava línguas diversas daquela utilizada pelas elites, somente o acesso ao ensino garantiria a existência de uma língua efetivamente nacional, vinculando simbolicamente as pessoas a uma coletividade. Le Goff (2003, p. 211) acrescenta que a língua é um fenômeno originado na história, pois se transforma e se realiza no tempo, ou seja, a cada *enunciação*, e “*está estritamente ligada à tomada de consciência da identidade nacional no passado*”. Como o tempo é uma marca lingüística, conseqüentemente o tempo é inerente ao conceito de nação, uma vez que esse conceito é resultado do processo de construção do sentido no e pelo discurso. Esse autor apresenta brevemente a concepção do tempo à luz da lingüística, citando a distinção feita por Benveniste (*apud* Le Goff, 2003, p. 214) entre: “tempo *físico*, ‘contínuo, uniforme, infinito, linear, divisível à vontade’; tempo *cronológico* ou ‘tempo de acontecimentos’ que, socializado, é o tempo do calendário; tempo *lingüístico*, que ‘tem o próprio centro no presente da instância da palavra’, o tempo do locutor”. Le Goff ainda acrescenta que o tempo *histórico*, como o tempo lingüístico, também “compорта uma referência constante ao presente”. Em conformidade com a perspectiva enunciativa da Análise do Discurso, que orienta este estudo, acrescentamos uma quinta distinção temporal: a do tempo *cronográfico*, tempo portador de sentido e construído no enunciado, que, neste trabalho, corresponde ao *tempo da imagem da nação*.

Vale fazer uma breve digressão neste ponto para relacionar a língua e os demais traços constitutivos da imagem de nação a um importante conceito da Análise do Discurso, que nos permitirá compreender o processo de construção de tal imagem. Referimo-nos ao conceito de *cenografia*, que Maingueneau (1993b, 2002) define como uma “encenação” ou representação da situação de enunciação no enunciado. A cenografia é, portanto, um efeito de sentido produzido pela enunciação de que esta necessita para instituir-se e legitimar-se. Assim, a cenografia constitui-se por imagens das coordenadas da enunciação construídas pela própria enunciação. Essas coordenadas, que compõem o que Maingueneau (1993b) chama de *dêixis discursiva*, são o *enunciador*, o *co-enunciador*, a *cronografia* e a *topografia*, sendo que as duas primeiras correspondem às imagens dos partici-

pantes da enunciação e as duas últimas às condições espaço-temporais relativas aos participantes. Como foi dito acima e será confirmado mais adiante, a dimensão temporal da imagem da nação é representada pela *cronografia*, que se constrói nos usos da língua politicamente marcados e, por conseguinte, inscritos na história nacional. A dimensão subjetiva, ou seja, dos sujeitos da enunciação, representada pelo *enunciador* e seu *co-enunciador*, está correlacionada às imagens do povo, do Estado que o representa e da sua etnicidade (aí incluída tanto a religião, quanto a língua e a história). E finalmente a dimensão espacial, representada pela *topografia*, refere-se à imagem do território nacional. Desse modo, afirmamos que, pela análise da *cenografia* construída em um enunciado, é possível reconstruir um sentido de nação, que não esgota as possibilidades semânticas do conceito.

Assim, segundo Hobsbawm (1990), tem-se como outros elementos característicos do conjunto que chamamos de *nação*:

➤ A etnicidade, cujas “diferenças visíveis na psique são óbvias demais para serem desprezadas e têm sido muito frequentemente usadas para marcar, ou reforçar, as distinções entre ‘nós’ e ‘eles’, incluindo as distinções nacionais” (p. 81).

➤ A religião, considerada “um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade, entre pessoas” (p. 83). Os ícones sagrados identificados com territórios (os padroeiros da nação ou das cidades), por congregarem as pessoas em rituais coletivos, representam-nas enquanto comunidade. Esse valor representativo também se encontra nos símbolos nacionais: “O significado dos ícones sagrados é demonstrado pelo uso universal de simples pedaços de panos coloridos – as bandeiras – como o símbolo das nações modernas, e sua associação com ocasiões rituais altamente direcionadas e atos de veneração” (p. 87).

➤ E a história. Segundo Le Goff (2003, p. 62), a idéia de que o passado de um povo distingue-o de outros povos remonta aos antigos gregos, que acresciam à concepção de história as idéias de civilização e poder, colocando-se em oposição aos bárbaros e exaltando o progresso técnico e a força política das

idades gregas. A partir do final do século XVIII, essa concepção de história, que repercutiu por todo o ocidente, também serviu para a afirmação das nações, principalmente através do ensino escolar, que se popularizava para promover a integração nacional. Além disso, é importante retomar aqui, segundo os princípios da “nova história”, a concepção de “ciência do tempo” (p. 52), que torna duplamente imprescindível a análise da concepção do tempo em relação ao conceito de nação, uma vez que esse conceito constitui-se pela história de um povo, além de constituir-se como objeto de estudo da ciência histórica.

Entretanto, Hobsbawm (1990) também ressalta que, apesar de todos os Estados do planeta se reconhecerem e serem reconhecidos como nações, “nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo”, pois “os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos” (p. 14-15).

Portanto, todos os Estados se vêem como nações não apenas diferentes entre si, mas com diferenças internas que lhes são constitutivas. Logo, a forma como se apropriam dos critérios característicos desse agrupamento e o grau de importância atribuída a cada critério varia de modo que impossibilita generalizações, pois cada nação é um artefato cultural único, produto da engenharia social que inspira em seus cidadãos legitimidade e pertencimento.

Sendo um artefato, é possível pensar a nação como criação, produto do imaginário coletivo, que, por sua vez, é produto da discursividade.

Para aprofundar essa reflexão, outro autor de referência no estudo do conceito de nação é o cientista político com formação em Letras Clássicas Benedict Anderson (2008), contemporâneo de Hobsbawm. Esse autor analisa esse conceito sob uma perspectiva transdisciplinar, que dialoga com obras de filósofos, historiadores, cientistas sociais e teóricos da literatura. Sua análise sintetiza todos os elementos apontados por aquele historiador como critérios de definição da nação.

Segundo Anderson (2008, p. 32), o conceito de nação é definido como uma comunidade política (povo) imaginada como limitada e soberana. A nação é imaginada porque cada membro tem em mente a idéia de que todos estão unidos (pela língua, pela etnia, pela religião e / ou pela história), apesar de não conhecer e saber que jamais conhecerá a maioria de seus compatriotas. A nação é imaginada como limitada porque possui fronteiras finitas (território). A nação é imaginada como soberana porque defende a sua liberdade política (Estado). Finalmente, a nação é imaginada "como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal" (p. 34).

Logo, para esse autor, a nação enquanto conceito é um construto teórico sucinto, abrangente e modular, passível de adaptação às diferentes sociedades sem desconsiderar sua constituição heterogênea e suas transformações ao longo da história. Sua abrangência conceitual permite considerar os critérios flutuantes apontados por Hobsbawm sem ancorá-los a uma nação preconcebida por outros estudos, nação essa que deve ser incluída como uma possibilidade.

CONCLUSÃO

Em resumo, a nação, como construto teórico, só existe na percepção da simultaneidade no presente, como um vínculo que se projeta para o passado e para o futuro; ou seja, a nação, em princípio, é lugar nenhum e, ao mesmo tempo, é qualquer lugar habitado por um povo, que se imagina unido a e por ela, dando-lhe, enfim, um corpo simbólico, que é incorporado às suas práticas sociais e discursivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

———. As promessas do Estado-nação para o início do século. In: HELLER, Agnes et alii. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

APPIAH, Kwane A. Cultura, comunidade e cidadania. **In:** HELLER, Agnes et alii. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: UniCamp, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UniCamp, 2002.

CALVET, Jean-Louis. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CANCLINI, Néstor G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CELANI, Maria Antonieta A. Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. **In:** SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das letras, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

———. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FERREIRA, Lúcia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. *Alea: estudos neolatinos*. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 1, p. 29-53, jan./jun. 2008.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização*

está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UniCamp, 2003.

MACHADO, Leila Domingues. Subjetividades Contemporâneas. **In:** BARROS, Maria Elizabeth de. (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris: Dunod, 1993a.

———. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993b.

———. *L'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette, 1994.

———. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

———. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

———. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

———. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, Eni P.; SOUZA, Tania C. C. de. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. **In:** ORLANDI, Eni P. (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França. *Revista brasileira de Ciências Sociais* [online], São Paulo, vol. 14, nº 39, p. 118-138, fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1725.pdf>. Acesso em 11 mai. 2008.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **In:** SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.